

Um ano de lutas intensas pela educação

Reveja os principais fatos do ano



Mobilização em torno da campanha salarial

PÁGS. 4 e 5

Em defesa das progressões no IF Sudeste MG

As vitórias na Justiça

Por condições dignas para o campus de Governador Valadares

PÁG. 3

Eleições na UFJF, ANDES e APES

PÁG. 6

ANDES em defesa da Educação Pública

PÁG. 7

E mais

Reajuste zero

33º Congresso do ANDES

Atuação da APES no ANDES

Comissão da Verdade do ANDES

Audiências com reitores

Editorial

A Diretoria "Apes autônoma, na luta por carreira e condições de trabalho", biênio 2014-2016, lhes apresenta o Travessia Especial de 2014 – Apes em Retrospectiva. Nosso objetivo ao convidar para esta leitura é o de relembrar a atuação do movimento sindical durante o ano de 2014.

Nosso convite é para uma retrospectiva dos enfrentamentos que a Apes levou a cabo durante o ano de 2014 para a garantia dos direitos dos docentes das carreiras do Magistério Superior e a do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. Relembramos nossa trajetória iniciada em janeiro com a preparação e a nossa representação no 33º Congresso do Andes-SN. Observamos nossa participação na Comissão da Verdade do Andes-SN, nossa presença nas diversas audiências com os reitores da UFJF e do IF Sudeste MG, representando as demandas da categoria. Reafirmamos nossa defesa pelo regime de Dedicção Exclusiva como aquele que melhor atende ao exercício da docência no ensino, pesquisa e extensão. Reivindicamos o pagamento dos retroativos da retribuição por titulação aos docentes do IF Sudeste MG e reiteramos nossa disposição para lutar por melhores condições de trabalho para os docentes do Campus Avançado da UFJF em Governador Valadares. Estivemos em luta na Copa e nos debates nos Encontros de Educação. Lutamos também contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH.

Estivemos presentes garantindo a transparência e a democracia nas eleições do ANDES-SN, nas eleições da APES e na Comissão Eleitoral para a reitoria da UFJF. Discutimos com a categoria a campanha salarial do ano de 2014 e por meio de Assembleias Gerais debatemos a possibilidade de retorno à greve iniciada em 2012.

Levamos ao Setor das Federais o reajuste zero dos docentes da ativa e aposentados e aposentadas com posição na carreira de Magistério Superior como Adjunto 4, e na Carreira de EBTT como D III-4, com mestrado e Dedicção Exclusiva. Estivemos atentos nas formulações das Resoluções para o Reconhecimento de Saberes e Competências – RSC e nas resoluções para a promoção para Professor Titular. Trabalhamos incessantemente com a Comissão do Plano de Saúde da Apes para monitorar, administrar e garantir os direitos para os segurados da Apes mediante a Unimed.

No nosso jornal especial, além das lutas, trazemos ainda uma reflexão da Secretária Geral do Andes-SN, professora da UFF, Claudia March, sobre os desafios e as perspectivas do movimento sindical docente em 2015.

Nesse sentido, convidamos a todos e a todas a relembrar conosco nossas batalhas em 2014 e desejamos uma boa leitura. Desejamos também um ano de 2015 repleto de realizações!!!

**A Diretoria da APES
Biênio 2014-2016.**

Não deu na imprensa

33º Congresso do ANDES

Em janeiro, a APES realizou a preparação para o 33º Congresso do ANDES, com os delegados e observadores eleitos em Assembleia geral. Houve a realização de um seminário interno que se estabeleceu através de um grupo de estudos dos Cadernos de Textos.

No 33º Congresso do Andes, os docentes das IFE de todo país realizaram um balanço de 2013 e a análise da conjuntura, que apontou os posicionamentos necessários e o plano de lutas para 2014.

Comissão da Verdade

Em maio, a reunião ampliada da Comissão da Verdade do ANDES-SN discutiu e aprovou, em conjunto com outras entidades e Seções Sindicais do Sindicato Nacional, a realização de três encontros preparatórios antecedendo ao Encontro Nacional da Comissão da Verdade do ANDES-SN, previsto para o final de 2014.

Inicialmente, os encontros foram realizados em outubro, Belém (Região Norte), em novembro, Fortaleza (região Nordeste) e no Rio de Janeiro (região Sul e Sudeste).

50 anos do Golpe Militar

A APES participou, em março e abril de 2014, das manifestações contrárias que relembraram os cinquenta anos do Golpe Militar de 1964, ao lado de outros sindicatos, partidos e ONGs.

Foram vários eventos culturais e manifestações, exibição de documentários, realização de debates, exposições de fotos, varais de poesia, performances.

O objetivo era recriar o momento político cultural do Brasil pouco antes do Golpe Militar e a conjuntura que se seguiu, a tortura, a censura e a perda das liberdades individuais.

No dia primeiro de abril, a APES esteve presente à manifestação na rua Halfeld, relembrando, à população, os efeitos negativos advindos de 1964.

Reajuste zero

Docentes da ativa e os aposentados e aposentadas com posição na Carreira de Magistério Superior como Adjunto 4 e na Carreira de EBTT como D III-4, com mestrado e Dedicção Exclusiva, tiveram uma surpresa desagradável quando, ao receberem o salário de março, pago em abril, perceberam que não houve reajuste na Retribuição por Titulação (RT).

A confusão foi ainda maior quando a UFJF errou ao aplicar a RT de Associado I aos professores Adjunto 4 da Carreira do Magistério Superior e de D IV-1 aos professores D III-4 da Carreira EBTT. Ao corrigir o erro, a Instituição fez o desconto da primeira parcela no mês seguinte, gerando reclamações dos docentes.

A APESJF levou o assunto à reunião do Setor das Federais em Brasília nos dias 24 e 25 de maio. “Nós sabíamos das perdas salariais e da desestruturação da carreira advindas do simulacro de acordo de 2012, por isso o ANDES não assinou. Mas vamos levar o assunto ao Sindicato Nacional e ao Ministério”, afirmou Paulo César Sousa Ignácio, Presidente da APESJF na gestão de 2012-2014.

Em conversa com reitores

A nova diretoria da APES esteve em audiência com o reitor do IF Sudeste MG Profº Paulo Rogério Araújo Guimarães em outubro, com o objetivo de se apresentar. Os docentes aproveitaram o ensejo para discutir algumas questões pendentes sobre os retroativos da Gratificação por Titulação, as diretrizes para o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC), a Regulamentação para a promoção para Professor Titular e os concursos de professores 20 horas no IF Sudeste MG.

Os Docentes reafirmaram o compromisso da APES com a carreira do professor federal e o nosso entendimento pelo regime de Dedicção Exclusiva como aquele que melhor atende ao ensino, pesquisa e extensão.

Do mesmo modo, esteve em audiência com o novo reitor da UFJF, Júlio Chebli, apresentando uma linha geral de reivindicações dos docentes da UFJF; entre as questões tratadas foram adiantadas aspectos importantes referentes as demandas dos docentes do Campus Avançado de Governador Valadares, as Regulamentação para a promoção para Professor Titular.

APES em movimento

Trinta Seções Sindicais, incluindo a APES, tendo como representante o professor Joacir Teixeira de Melo, Presidente da Apes, na gestão 2014-2016, estiveram reunidas em setembro em Brasília para o encontro do Setor das Federais do ANDES-SN, para discutir a mobilização docente. É importante ressaltar que a APES esteve presente em todas as reuniões do Setor das Federais entre 2012 e 2014 e que as informações referentes foram publicadas no SemanAPES ou em entrevistas da APESTV.

Comemoração

A APES realizou em 25 de outubro uma festa em homenagem ao Dia dos Professores e das Professoras, regada a choro e rock and roll.



Expediente

O Travessia é uma publicação mensal da Associação dos Professores de Ensino Superior de Juiz de Fora - Seção Sindical do ANDES-SN (APESJF-SSind)

Redação e diagramação: Daniel Goulart. Jornalista responsável: Daniel Goulart - Reg. 6083 DRT MG / Tiragem: 1600 exemplares / Campus da UFJF, bairro Martelos, CEP 36036-900 / Tel-Fax: (32) 3215-1286 / Site: apesjf.org.br / Email: faleconosco@apesjf.org.br
Presidente: Presidente: Joacir Teixeira de Melo - ICH/UFJF
Vice presidente: Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho - Colégio de Aplicação/UFJF, Secretária Geral: Amanda Chaves Pinheiro - IF Sudeste MG, 1ª Secretária: Giselle Moraes Moreira - Colégio de Aplicação/UFJF
2ª Secretária: Márcio Antônio de Oliveira - aposentado/UFJF,
1º Tesoureiro: Custódio Gouvêa Lopes Mota - ICE/UFJF, 2º Tesoureira: Maria Aparecida de Araújo - Aposentada/UFJF



Luta em várias frentes Sindicato de luta

Apes lutou pelos direitos docentes

Durante todo o ano de 2014, a APES esteve empenhada em defender o direito dos docentes nos dois campi que a Seção Sindical Representa. A novela das progressões no Instituto prosseguiu e a diretoria da APES esteve várias vezes em conversa com o reitor da instituição, inclusive para garantir não só a normalização das progressões, mas também o pagamento dos valores retroativos. A Diretoria procurou também colher

informações sobre os critérios para a instituição do Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC) e para a promoção para Professor Titular e lutou contra um possível estabelecimento de um cartão de ponto na instituição. A APES defendeu também que o Instituto desse privilégio à contratação via regime de Dedicção Exclusiva como preferencial para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.



APES em reunião com Reitor do IF Sudeste MG

Docentes visitaram Campus de Governador Valadares

A diretoria da APESJF esteve no dia 07 de abril no campus de Governador Valadares para uma conversa com os docentes e debater as condições precárias em que os docentes encontram para trabalhar.

Na pauta do encontro, também as deliberações da última Assembleia Geral da APES, organização do ANDES -Sindicato Nacional e da Seção Sindical; retomada da greve dos docentes; greve unificada e estratégias de luta e negociação, entre outros assuntos.

Durante a visita, os professores Agostinho

Beghelli Filho e Joacir Teixeira de Melo se encontraram com cerca de 50 docentes e puderam constatar problemas na estrutura física dos prédios alugados pela UFJF para as aulas dos cursos implantados.

Entre eles, falta de tomadas no laboratório para ligar os equipamentos já adquiridos, falta de espaço para instalação de equipamentos, falta de linha telefônica fixa; banheiros e bebedouros em condições muito inferiores aos que são disponibilizados no Campus de UFJF de Juiz de Fora; salas de aulas

muito quentes e, por fim, falta de autonomia do pessoal técnico-administrativo para a resolução de problemas relacionados a pequenos reparos, demandando excessiva morosidade.

Na reunião, os docentes deliberaram por uma paralisação no dia 09, quando, junto com TAEs e Estudantes, bloquearam a avenida em frente a um dos prédios do campus.

Os docentes elaboraram ainda uma pauta de reivindicações que seria entregue ao Reitor da UFJF em audiência com a direção da APESJF no dia 10.



Ao lado, prédio alagado no campus de Gov. Valadares. Abaixo, APES expõe situação junto ao Reitor da UFJF



Vitórias na justiça confirmaram força da luta

Em maio de 2014, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Celso de Mello, reconheceu o ANDES-SN como legítimo representante dos docentes das Instituições Federais de Ensino, conforme registro sindical concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Também foi negado provimento ao recurso em mandado de

segurança impetrado pelo Proifés contra ato do ministro do Trabalho e Emprego, que concedeu registro ao ANDES-SN, decisão posteriormente confirmada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) a favor do ANDES-SN

A APES ganhou, em 13 de outubro, uma antecipação parcial de decisão judicial que isenta os docentes filiados ao plano de saúde

APES/UNIMED da contribuição previdenciária sobre os montantes repassados à operadora. O juiz concedeu 60 dias para que a União possa responder, quando, ao final do prazo, uma sentença definitiva será estabelecida.

Em junho, a Assessoria Jurídica da APES reafirmava que continuava a postos para os professores e professoras da UFJF e do IF Sudeste

MG que tinham direito às férias, mesmo estando afastados em licença para capacitação.

Em outra ação, assessoria informou aos docentes que ingressaram na UFJF e no IF Sudeste MG depois de 04 de fevereiro de 2013, mas já possuíam, antes dessa data, um vínculo com a Administração Pública Estadual ou Municipal, poderiam reivindicar na

justiça a manutenção do regime previdenciário anterior ao Regime de Previdência complementar - Funpresp.

Em agosto, dentro da luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, o Juiz Federal Guilherme Fabiano Julien de Resende deferiu liminar suspendendo a adesão da UFJF à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Mobilização em torno da campanha

Durante a primeira metade do ano, docentes de todo o país discutiram a mobilização para enfrentar as perdas salariais e as distorções na carreira. Havia a constatação de que o acordo imposto em 2012 continuava representando perdas salariais para maioria dos docentes, além da desestruturação da carreira.

O início da campanha salarial dos Servidores Públicos Federais se deu no dia 19 de março, quando uma representação dos servidores foi recebida no MPOG.

Havia, como sempre houve e continua existindo, uma tentativa dos servidores em iniciar um diálogo com o governo, no sentido de reconhecer as perdas inflacionárias e as distorções das carreiras de

cada uma das categorias.

Já nesse primeiro momento o governo mostrou-se fechado a qualquer tipo de solicitação vinda dos servidores. Nas reuniões do Setor, o quadro nacional era sempre estudado e as análises de conjuntura eram traçadas a partir dos dados de mobilização percebida em cada assembleia. Algumas paralisações, marcadas para apenas um dia, mostravam disponibilidade

inicial da categoria para a luta.

Na UFJF no e IF Sudeste MG, docentes paralisaram neste primeiro dia de mobilização, quando houve um ato público em Brasília por melhores condições de salário e trabalho. Neste mês de março, houve uma reunião ampliada da Secretaria Executiva Nacional da CSP-CONLUTAS, em São Paulo no dia 21 de março. Realizou-se também o

Encontro do Espaço de Unidade e Ação, em São Paulo; no dia 22 de março, uma rodada nacional de assembleias no final do mês como preparação para a reunião do Setor das IFES nos dias 29 e 30 de março. Docentes da UFJF e do IF Sudeste MG decidiram, em assembleia no dia 27 de março, indicar para o setor uma paralisação nacional no dia 10 de abril, data da próxima reunião do ANDES com o MEC.



Assembleias analisaram o quadro nacional em torn

Em abril docentes buscaram acúmulo sobre as f

No dia 3 de abril, a Comissão de Mobilização da APESJF se reuniu pela primeira vez para discutir as ações em torno da possibilidade de retomada da greve.

O movimento nacional se preparava para tomar uma decisão em torno do tema na reunião do Setor nos dias 26 e 27 de abril, em Brasília.

A decisão viria após uma intenso calendário de mobilização, que incluía duas rodadas de assembleias.

Neste final de semana em Brasília, docentes de 41 seções sindicais do ANDES-SN, incluindo a APESJF, representada pelo Professor Paulo Ignácio, se reuniram em Brasília para reunião do Setor das Federais, do Sindicato Nacional, com o objetivo de avaliar o quadro

nacional. Os debates e resultados de assembleia das ADs levaram à conclusão de que existia disposição da categoria na direção da greve, no entanto, as condições para a retomada ainda não eram satisfatórias.

Comissão de Mobilização

Enquanto isso, a comissão de mobilização da APES fazia seu dever de casa, realizando visitas aos campi da UFJF e do IF Sudeste MG nos dias 8 e 9 de abril, para uma panfletagem e conversa com docentes.

A Representação Sindical entregou também um kit com informações sobre a mobilização do ANDES, material do Sindicato Nacional sobre condições de trabalho nas IFES, o informativo da APESJF, além da ficha de filiação.

No dia 10, dia de paralisação, professores e professoras se encontraram pela manhã na sede da APES para o “Café com Debate”.

No encontro, os docentes puderam conhecer uma tabela do DIEESE com as perdas acumuladas, resultantes dos acordos impostos pelo governo desde 2010.

Na parte da tarde, os docentes se uniram aos Técnicos-Administrativos e estudantes para um ato político na entrada da Reitoria, onde as diversas falas demonstraram apoio à greve do Sintufejuf e da Fasubra e ressaltaram a necessidade de que o governo federal recebesse os TAE em greve.

Os docentes puderam, no Ato, dar informes sobre a mobilização do ANDES-SN.



Muito debate, várias assembleias e mobilizações marcaram o ano de 2014 durante a campan

salarial mostrou força em 2014



da possibilidade de retomada da greve em 2014

Em maio, movimento intensificou debate

O mês de maio abriu com docentes intensificando a mobilização.

A reunião do Setor das IFES estabeleceu um novo Calendário de Lutas que incluía uma Marcha da Educação no dia 06 de maio, Marcha dos Servidores Públicos Federais, no dia 07 de maio, e rodada de assembleia na semana seguinte, entre os dias 12 e 16 de maio, para discutir uma paralisação nacional no dia 21 de maio, data da próxima audiência com a Secretaria de Ensino Superior do MEC.

Neste dia, os docentes realizaram vigília

nas seções sindicais e caravanas a Brasília para pressionar o MEC.

Ainda no calendário, outra rodada de assembleias se realizaria entre os dias 22 e 23 de maio para avaliar as caravanas e a audiência do dia 21, além de debater a retomada da greve.

Em 15 de maio, a assembleia da APES não obteve quórum, não podendo deliberar sobre a paralisação em 21 de maio.

Indicativo de greve

No dia 25, a reunião do Setor das IFES do ANDES-SN aprovou o indicativo de greve nacional

dos docentes das Instituições Federais de Ensino (IFE) por tempo indeterminado, para o mês de junho.

Aprovou também a realização de rodada de assembleias gerais das seções sindicais do Setor, entre os dias 2 e 6 de junho.

A indicação para a pauta era “data para deflagração da greve”, e também a convocação de nova reunião do Setor das IFES, em Brasília, no dia 7 de junho, para deliberar sobre a “data para deflagração da greve”, com base nas manifestações das assembleias gerais.

formas de pressão



ha salarial

Em junho, docentes insistiram para que governo abrisse negociação

No dia 4 de junho, docentes reunidos na sede da APES rejeitaram o Indicativo de Greve sem data, aprovado na última reunião do Setor das Federais.

A Diretoria prestou informes nacionais e locais durante a assembleia, que contou com ampla participação e intensa discussão sobre os rumos e posicionamentos políticos da categoria. A votação teve 30 votos contrários e 25 a favor, além de uma abstenção. A posição seria então levada à próxima reunião do Setor no dia 07 de junho em Brasília.

Após analisar o quadro nacional, esta nova reunião do Setor concluiu que ainda não estava configurado um quadro para deflagração da greve nacional por

tempo indeterminado e, com base nas indicações das assembleias gerais realizadas em todo o país, decidiram por retirar o indicativo de greve em junho.

O objetivo era continuar insistindo na retomada de negociações com o Ministério da Educação (MEC), em torno da pauta de reivindicações protocolada no início do ano.

“A reunião e o resultado dela foram mais uma demonstração da prática democrática deste Sindicato Nacional e expressou a seriedade do movimento docente na construção da luta em defesa dos seus direitos”, comentou Marina Barbosa Pinto, 1ª secretária do ANDES-SN e da coordenação do Setor das Ifes.

“

A reunião e o resultado dela foram mais uma demonstração da prática democrática deste Sindicato Nacional e expressou a seriedade do movimento docente na construção da luta em defesa dos seus direitos

Democracia direta Sindicato de luta

Eleições se realizaram na APES, no ANDES e na UFJF

Em 2014, a Seção Sindical se mobilizou para garantir a democracia em suas instâncias de atuação

Em 31 de julho, a Junta Eleitoral, responsável pelas eleições na APESJF, deu início ao processo de escolha da nova Diretoria e dos novos membros do Conselho de Representantes. O Edital foi publicado na imprensa de Juiz de Fora no dia 31 de julho, 01 de agosto e 02 de agosto contendo as regras e calendário para a

eleição. Durante a reunião do Conselho de Representantes da APESJF, realizada em 16 de julho, foi designada a junta eleitoral e apuradora composta pelos seguintes membros titulares: Álvaro Quelhas (Faced), Bruno Milanez (Fac. Eng.) e Cláudia Mônica (Fac. Serv. Social). Como suplentes, foram indicados: José Eugênio Graúdo (ICE), Miguel Fabiano de Faria (IF Sudeste MG) e Edy Helena Bastos (Aposentada).

Havia a preocupação, na época, dadas as condições do

calendário da UFJF, que prevê o recesso entre os dias 25 de julho e 17 de agosto, em respeitar os prazos regimentais e, ao mesmo tempo, garantindo a mais ampla possível participação da comunidade no processo, seja nos debates e na própria eleição. "Ainda que alguma parte desse processo possa ter que ocorrer durante o recesso, nós queremos garantir que os debates e a participação democrática se dê após o retorno às aulas da UFJF", afirmou à época Paulo César Ignácio, Presidente da APESJF. No dia 28 de agosto,

realizaram-se as eleições que elegeram a chapa única inscrita "Apes

autônoma, na luta por carreira e condições de trabalho"

«Apes autônoma, na luta por carreira e condições de trabalho»

Presidente: Joacir Teixeira de Melo - ICH/UFJF
Vice presidente: Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho - Colégio de Aplicação/UFJF
Secretária Geral: Amanda Chaves Pinheiro - IF Sudeste MG,
1ª Secretária: Giselle Moraes Moreira - Colégio de Aplicação/UFJF
2º Secretário: Márcio Antônio de Oliveira - aposentado/UFJF,
1º Tesoureiro: Custodio Gouvea Lopes Mota - ICE/UFJF, 2ª Tesoureira: Maria Aparecida de Araújo - Aposentada/UFJF



Comissão eleitoral garantiu democracia na UFJF

A APES coordenou, seguindo o rodízio estabelecido, a comissão que realizou a eleição para novo reitor da UFJF. Após um acordo com os Técnicos Administrativos, que estavam em greve no momento, a eleição se deu normalmente, garantindo a conquista democrática já solidificada dentro da UFJF. A Comissão se reuniu várias vezes e estabeleceu um calendário que incluiu vários debates entre as três chapas concorrentes. O primeiro dos cinco encontros

ocorreu na cidade de Governador Valadares. A apuração dos votos de toda a UFJF ocorreu entre as 23h do dia 10/6 e às 5h do dia 11/06.

O processo ocorreu de forma tranquila e ágil. Júlio Chebli, foi eleito com 59,1% dos votos válidos. Em segundo lugar, com 36% dos votos, ficou a chapa 30, de Marcus David, da Faculdade de Administração, e da vice Girlene Silva. A chapa 20, de Paulo Villela e Hélio Francisco da Silva, ambos da Engenharia, teve 4,9%.



À esquerda, debate entre as chapas que concorreram à reitoria. À direita, nova diretoria da APES toma posse

Em maio docentes votaram para nova diretoria do ANDES

Nos dias 13 e 14 de maio, a APES deu agilidade ao processo de escolha da nova diretoria do ANDES – Sindicato Nacional. Houve urnas na sede da Seção Sindical, no Colégio de Aplicação João XXIII e no IF Sudeste MG

Campus Juiz de Fora. A eleição teve chapa única, "ANDES-SN de luta e pela base" que contou com candidato a presidente o Profº Paulo Rizzo, da Seção Sindical da UFSC, a secretária-geral, Claudia March, da Aduff Seção Sindical, e o

tesoureiro, Amauri Fragoso, da Adufcg Seção Sindical.

Mais de 62 mil professores e professoras, em todo o país, participaram das eleições que elegeram a nova diretoria do Andes- SN.

Leher em Juiz de Fora Debate

ANDES movimentou o país em defesa da educação pública

Encontro Nacional de Educação teve etapa regional organizada pela APES, com a presença do professor Roberto Leher

Como evento preparatório para o Encontro Nacional de Educação, a APES, em conjunto com entidades sindicais e movimentos sociais de Juiz de Fora, organizou uma palestra com o Professor Roberto Leher, professor da UFRJ, no dia 02 de julho. O evento se realizou na Sala de Demonstração da Faculdade de Educação da UFJF. O encontro fez parte de um esforço nacional para mobilizar educadores de todo país para de construir uma pauta dos trabalhadores em educação e dos movimentos sociais, referenciada no Plano Nacional de Educação (PNE) da Sociedade Brasileira.

No encontro, Leher defendeu a união de todos os segmentos da classe trabalhadora em torno de uma pauta única e consensual para fazer frente aos ataques, cada dia mais coordenados, do mercado, que tenta a todo custo ditar os rumos da educação brasileira, seja na educação básica, passando pela graduação até a pós graduação nas Instituições Federais de Ensino (IFE).

Todos pela Educação

Leher chamou a atenção para a união das classes dominantes em torno do projeto “Todos pela Educação” e sua estreita vinculação com o atual Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado recentemente pelo Congresso Nacional.

Os objetivos desse projeto, financiado por corporações e bancos, que em sua opinião, atuam



Roberto Leher fala durante etapa preparatória de Juiz de Fora para o Encontro Nacional de Educação.

como um verdadeiro partido, seria o de promover uma certa “qualidade” de educação voltada para o mercado, com métodos passíveis de serem medidos e aferidos de modo quantitativo.

Ele apontou as diversas estratégias, utilizadas por esse sistema dominante, que

estabelecem a promiscuidade entre público e privado em projetos como o Fies e Prouni ou nas formas aligeiradas de educação, frutos de expansão sem investimento, como o Reuni e o Pronatec.

Dentro do ensino superior, falou do aprofundamento das IFE

como prestadoras de serviço ao mercado, em detrimento de sua função estritamente de produção do conhecimento.

Tudo isso em contraposição a uma educação conscientizadora e transformadora, defendida pelos Movimentos Sociais no país.

Comissão de Saúde lutou pelo fortalecimento do plano

Sindicato combateu aumento abusivo na mensalidade e lutou pela reabertura do Plano de Saúde APES/UNIMED

Em 2014, a APES trabalhou incessantemente com sua Comissão do Plano de Saúde para monitorar e administrar a relação da Seção Sindical com a seguradora UNIMED. Em janeiro, os docentes se reuniram em assembleia para apreciar a proposta da UNIMED para reabertura do Plano. No entanto, a proposta continha valores impraticáveis e foi rejeitada.

No dia 22 de outubro, docentes da UFJF e do IF Sudeste MG

se reuniram para debater o plano de saúde APES/UNIMED. Apesar de faltarem apenas duas assinaturas para a obtenção do quórum, professores e professoras indicaram, para a Diretoria da APES, buscar a Administração Superior da UFJF, no sentido de discutir a possibilidade de uma ação conjunta que possa tratar o plano da UFJF e o plano da APES de uma forma equilibrada, sabendo que os dois contam como operadora a UNIMED, com o objetivo de, a curto prazo, dar ainda mais solidez ao grupo.

A assembleia recusou a proposta de reajuste da operadora, que pleiteia 50,41%, indicando

que o contrato deve ser cumprido, ou seja, o reajuste deve ater-se à sinistralidade, gerando um índice de 30,91%. A UNIMED propôs também mudanças no contrato, modificando o índice de sinistralidade, para efeito de reajuste, para 65% e o desligamento de um associado que apresentasse 30 dias inadimplência. Ambas as propostas foram rejeitadas.

Professores e professoras ressaltaram também a possibilidade de uma ação na justiça contra a UNIMED, caso o impasse sobre a reabertura do plano persista e as ações junto à Administração Superior não avancem.



Docentes discutem em assembleia reajuste do Plano de Saúde APES/UNIMED e necessidade de abertura para novos associados

Artigo Perspectivas

O ano de 2015 - unidade, autonomia e democracia como eixos centrais de nossa luta política

Prof.ª Dr.ª Doutora Cláudia March Frota de Souza (ADUFF) - Secretária Geral do ANDES-SN

Professora fala das perspectivas da defesa dos direitos docentes para o ano de 2015 frente ao modelo destruturante imposto pelo poder público

Para pensarmos nossas ações no ano que se inicia, assim como as perspectivas do movimento docente para 2015, é de fundamental importância que façamos o resgate do que foi 2014 e da conjuntura que se avizinha.

Se por um período houve a tentativa de diferenciação entre o modelo autodeclarado neodesenvolvimentista e as políticas de ajuste neoliberais, as evidências mais recentes no campo da economia desvendaram os elementos macroeconômicos de continuidade, sobretudo a manutenção do superávit primário e seus impactos nas políticas públicas que dizem respeito aos direitos dos trabalhadores. Mesmo as conclamadas políticas de redistribuição de renda não resistem à prova quando comparamos o gasto com o Programa Bolsa Família ao gasto com o pagamento dos juros da dívida pública, sendo que a distribuição entre o capital e o trabalho permanece na essência intocável. A expansão do consumo como um elemento central desse modelo se dá a partir da combinação entre renúncia fiscal e o endividamento das famílias, dentre outros elementos.

O impacto desse modelo nas políticas sociais se baseia na ampliação da perspectiva privatista e mercantilista. A privatização clássica operada de forma exemplar nos governos de Fernando Henrique Cardoso se combina, na atualidade, com processos que temos denominado de privatização

não clássica, com a proliferação de instituições públicas de direito privado, cujo caso mais contundente no período recente é a EBSEH, e de ressignificação do adjetivo “público” ao investimento em educação que passa a incluir os recursos públicos destinados ao setor privado.

Vê-se que o tão propalado aumento do gasto público nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, se confirmado, se dá na perspectiva de garantia da reprodução do capital.

Os docentes das instituições federais de ensino



A privatização clássica operada de forma exemplar nos governos de Fernando Henrique Cardoso se combina, na atualidade, com processos que temos denominado de privatização não clássica, com a proliferação de instituições públicas de direito privado.

vivenciam de modo particular o impacto da redução de direitos como a base da redução de gastos públicos. A concretização da contrarreforma da previdência votada em 2003, a partir da implementação dos Fundos de Pensão, no nosso caso particular a FUNPRESP-EXE, combina a redução dos direitos dos docentes - à integralidade - com a garantia dos espaços de reprodução do capital, a partir da aplicação de parte do salário dos trabalhadores e de parte do fundo público, na forma de contribuição do empregador - o Estado -, em fundos administrados por uma fundação pública de

direito privado e suas terceiras que têm como garantia o valor de contribuição, fixados pelo fundo, e não ofertam nenhuma segurança ao trabalhador do benefício que receberá ao final dos anos de contribuição.

Na mesma esteira situa-se a desestruturação da carreira implementada a partir da Lei 12.772 que impôs diferenciações entre os docentes a partir de uma tabela com valores nominais e sem nenhuma referência à paridade, à isonomia, à relação entre regimes de trabalho e à titulação, com o objetivo claro de redução de gastos e de imposição de uma fragmentação sem precedentes na história de nossa carreira.

Não podemos deixar de analisar o impacto da perspectiva gerencialista que está sendo introduzida no serviço público. O pressuposto gerencialista do “contrato de gestão” que estabelece a separação entre quem financia e quem executa as políticas públicas, elemento central da reforma gerencial de Bresser Pereira, estabelece-se nas relações entre o público e o público e entre o público e o privado.

O REUNI nada mais é que um contrato de gestão firmado entre o MEC e as Universidades, assim como as Organizações Sociais, entidades de direito privado reconhecidas pelo poder público como prestadoras de serviços que operam a partir do financiamento público com a assinatura de contratos de gestão com o poder público que a financia.

Poderíamos dizer que a ampliação da prática de financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão sob a forma de editais, sejam eles externos à instituição ou internos à mesma, carrega em si elementos da perspectiva gerencialista, incluindo o acirramento do individualismo e da competitividade.

Esse modo de financiar impacta o trabalho

docente, impondo a fragmentação do processo coletivo de construção de um projeto institucional da IFE, que defendemos deva ser democrático, participativo e autônomo. Resulta não só na ampliação da heteronomia, mas tem forte impacto no processo de organização dos docentes, com perda processual da identidade que se forja no processo coletivo de construção de seu trabalho.

O real, entretanto, está prenhe de contradições. A greve de 2012 demonstrou não só o conjunto de contradições, como também o fato de que essas medidas não se implementam em um vácuo de nossas ações, pelo contrário.

É fato que a mobilização dos docentes não está hoje em um mesmo patamar que 2012, o que não significa que suas insatisfações tenham diminuído, pelo contrário, aumentaram, posto que tanto as distorções salariais a partir da desestruturação da carreira, entre aposentados e ativos e entre diferentes segmentos de ativos, segundo sua inserção na nova carreira, já são objeto de constante insatisfação nas IFE. Também permanece a insatisfação com a precarização das condições de trabalho, ponto de nossa pauta que permanece em aberto.

Se não recuperamos o nível de indignação e mobilização de 2012, também não podemos desconsiderar a mobilização recente dos docentes no cotidiano da vida universitária, como, por exemplo, a não adesão ao FUNPRESP, a luta contra a EBSEH, a exigência por parte dos docentes de normas de progressão que não signifiquem impedimentos para atingir os diferentes níveis e classes da carreira, sobretudo a classe de titular, recentemente em processo de normatização interna nas diversas IFE e a rejeição à proposição de Organizações Sociais como

forma de contratação de professores, anunciada por representante do governo federal. Tanto o relato das seções sindicais nas diversas reuniões do Setor das Federais do ANDES-SN em Brasília, como o conjunto de debates que comparecemos no período mais recente demonstram que há uma intensificação do trabalho de base do sindicato e que as seções sindicais têm trabalhado nossas pautas a partir da própria demanda dos docentes e com muito vigor.

Nossa luta em defesa da manutenção dos direitos dos trabalhadores tem íntima relação com a unidade com os trabalhadores, sobretudo da educação e do serviço público, e com os movimentos sociais, assim como com nossa capacidade de ampliar o enraizamento da ação do ANDES-SN, avançando na organização dos docentes. Nossa capacidade de enfrentar a mercantilização da vida e, em particular, da educação demanda de nós estratégias que considerem como fundamentais esses elementos.

Nesse sentido, demos passos importantes no ano de 2014 com a realização do ENE, do Seminário Nacional sobre Estrutura Organizativa do ANDES-SN e do recente Seminário dos SPF, ocorrido recentemente em Brasília. O número expressivo de participantes e a densidade nesses encontros do debate demonstram que estamos no rumo da luta a partir da ampliação da mobilização.

Nesse caminho prosseguimos, rumo a 2015!



A ampliação da prática de financiamento do ensino, da pesquisa e da extensão sob a forma de editais, carrega em si elementos da perspectiva gerencialista, incluindo o acirramento do individualismo e da competitividade.